

A globalização religiosa – entrevista com Boaventura de Sousa Santos

The religious globalization – interview with Boaventura de Sousa Santos

Entrevistado por Orivaldo Pimentel Lopes Jr. – UFRN

Em uma de suas conferências na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o Prof. Boaventura de Sousa Santos fez uma breve referência à globalização religiosa. Ficamos interessados em ouvi-lo mais sobre esse tema, e tivemos a oportunidade de posteriormente entrevista-lo. Trazemos finalmente a público essa entrevista, na qual o Prof. Boaventura discorre sobre os riscos e as potencialidades da religião para um projeto emancipatório.

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Em sua conferência, o senhor afirmou que paralelamente à globalização neoliberal e a do Fórum Social Mundial, uma terceira globalização concorrente estaria a acontecer: a das religiões¹. O senhor a avaliou de maneira negativa. Por quê?

Boaventura de Sousa Santos – A globalização da teologia política afirma-se como terceiro tipo de globalização, na medida em que não é fácil integrá-la: nem à globalização neoliberal capitalista, por que ela muitas vezes tem formulações anticapitalistas, nem integrá-la na globalização contra hegemônica do Fórum Social Mundial. Isso porque a globalização da teologia política é, normalmente, a globalização de certo fundamentalismo religioso, com um pensamento único, com uma estrutura mais ou menos hierárquica de pensamento, e que não admite a diversidade, nem cultiva a tolerância, ao procurar manter o monopólio da “verdade revelada”. Trata-se de uma terceira forma de globalização que, no meu entender, tem mais semelhanças com a globalização neoliberal – apesar de se formular muitas vezes contra o materialismo típico do capitalismo. Ela tem como princípio básico evacuar ou ocultar a gravidade dos problemas sociais que nós vivemos: a desigualdade, a discriminação, a exclusão, a marginalização... Substituindo tudo por uma relação direta com Deus, o qual, por ser fiel, resolverá todos os nossos problemas, e nunca nos deixará ficar mal. Ora, esse discurso tem o propósito de ocultar a gravidade dos problemas sociais, jogando a favor da reprodução do capitalismo, e da globalização neoliberal. Por isso, ela é uma terceira forma de globalização que tem o perfil ideológico próprio do fundamentalismo religioso, mas que obviamente a favor da reprodução do modelo econômico, político e social que vivemos hoje, aprofundando as desigualdades sociais. Ao difundir a idéia de que não há como lutar contra elas, e que basta acreditar em Deus – como se essa crença pudesse resolver todos os problemas sociais –, essa terceira globalização acaba por legitimar o neoliberalismo.

¹ Para o entrevistado, o prefixo “neo” antes de liberal é questionável, pois, para ele, não existe nada de novo nesse liberalismo que aí se faz presente.

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Assim como existe uma globalização contra-hegemônica no campo sócioeconômico, o Sr. percebe a possibilidade de haver uma globalização contra hegemônica no campo religioso?

Boaventura de Sousa Santos – Sem dúvida! Aliás, eu penso que só a própria religião pode assumir essa posição contra a igreja hegemônica. E ela o tem feito, na medida em que movimentos eclesiais de base católicos e de outras denominações têm estado muito ativos no Fórum Social Mundial. São grupos religiosos que fizeram uma opção pelos pobres, oprimidos, e excluídos, e que se unem a outros movimentos laicos no sentido de lutar por um mundo melhor. Portanto, a idéia aí, não é de eliminar a transcendência, pelo contrário, há um Reino de Deus que é fundamental, mas que é preciso criá-lo *neste* mundo. Para isso, é preciso resolver os problemas sociais a partir da perspectiva da vítima e do que sofre. Isso é típico na Teologia da Libertação, por exemplo, quer dos católicos, quer dos protestantes em suas diferentes denominações. A religião, em meu entender, pode ser um fator de contra hegemonia, e bastante importante; na medida em que assuma a perspectiva da vítima neste mundo. Com a visão de que o oprimido tem uma dignidade perante Deus, que foi criado com tal dignidade independentemente de seu estatuto social ou econômico, essa dignidade pode ser resgatada. Mas ao mesmo tempo, a religião precisa lutar para que a sociedade seja mais justa e eliminar todas as formas de desigualdade e discriminação.

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – De acordo com o que o Sr. afirma, podemos dizer que a Teologia da Libertação vem desempenhando um papel fundamental na mundialização antagônica à globalização liberal. Entretanto, o Sr. não acha que sua excessiva dependência no pensamento marxista contribuiu mais recentemente para a diminuição de seu impacto?

Boaventura de Sousa Santos – Bem, eu penso que isso pode ser uma análise correta, mas eu também não gostaria que se pensasse que a Teologia da Libertação está reduzida à influência no pensamento marxista. Desde o início houve muitas concepções diferentes de Teologia da Libertação. É certo que as concepções dominantes foram muito subsidiárias, do marxismo humanizado como eles diriam. Eles vinham com a idéia de que marxismo é a teoria crítica que melhor servia ao interesse dos oprimidos. Do meu ponto de vista, ainda hoje o marxismo continua a ser uma teoria importante para explicitar essa situação no mundo, mas não é de modo nenhum a única, nem pode sê-lo, até porque há muitas outras formas de discriminação, racial, étnica, colonial que ficaram fora do marxismo. Portanto, penso que a teologia da libertação é realmente hoje muito mais variada em suas influências. O marxismo é uma influência muito forte para alguns, noutros menos fortes. Alguns defen-

dem uma teologia da libertação feminista, que não tem de modo nenhum esse perfil. A teologia da libertação em África, por exemplo, é muito pouco subsidiária do marxismo... Então, eu acho que é um campo muito diverso. Onde ela foi atacada, não foi pelo fato de sua vinculação com o marxismo. Em sua versão católica ela foi objeto de uma perseguição por parte do Vaticano. Isso é que foi realmente o mais negativo, na medida em que essa perseguição do Vaticano foi absorvida pelo pensamento de direita, pelos meios de comunicação social, os quais passaram a agredir todos os teólogos que tinham esse pensamento.

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – O Sr. disse em sua conferência que a esfera pública perde espaço e a religião, que é própria da esfera privada, ganha esse “espaço público”. Mas não deveria haver uma face pública da religião?

Boaventura de Sousa Santos – Sim, eu penso que sim. Acho que a religião pode e deve ter uma presença pública, desde que ela seja uma presença não estatal, e que se mantenha à margem da laicidade do Estado. Penso que é fundamental que ela seja parte da conversação que ocorre entre os cidadãos, os quais se organizam em movimentos religiosos ou outros. Mas sem colidir com a laicidade do Estado. O que me preocupa na presença atual da religião no espaço público é que ela tenta ter uma influência forte na própria política do Estado. A educação, por exemplo: não concebo uma educação religiosa nas escolas públicas. Se for para ter educação religiosa, que seja uma educação ecumênica, uma educação sobre todas as religiões, que estejam ou não presentes em nosso território. Só isso é que vai permitir dar à religião sua dimensão de espiritualidade, e manifestar a própria diversidade que ela tem.

Orivaldo Pimentel Lopes Júnior – Em sua visão, existe uma missão para a religião em geral e para a igreja cristã em particular no mundo de hoje?

Boaventura de Sousa Santos – Penso que existe, e que ela é forte. Não podemos desperdiçar hoje nenhum dos instrumentos emancipatórios de que dispomos. Não temos muitos, e muitos daqueles em que acreditávamos no passado revelaram-se fracassados, ou até errados e totalmente errados. A religião pode ser um dos instrumentos emancipatórios de transformação social, quer na luta contra a desigualdade, quer na luta contra as formas de discriminação. Por isso, dou muita ênfase no fato de que, se não houver uma visão verdadeiramente ecumênica, a religião, ao invés de ser produção de diversidade contra a discriminação, acaba por ser ela mesma um fator da discriminação. Se assim não for, penso que é e que pode ser muito importante.